

ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

TEACHING AND LEARNING CHILDREN WITH MICROCEPHALY: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR CHILDREN'S EDUCATION PROFESSIONALS

Janaína Karla Gomes Santos 1
Géssica Fabiely Fonseca 2

Resumo: Neste artigo apresenta-se como objetivo descrever uma cartilha sobre a microcefalia com ênfase na apresentação de orientações educacionais. Quanto aos aspectos metodológicos, o principal instrumento de coleta de dados foi o registro e sistematização de dúvidas sobre microcefalia através de grupos de mensagens com professores e profissionais da Educação Especial. Essa primeira dimensão exploratória evidenciou a necessidade de disponibilizar informações pedagógicas sobre a microcefalia. Como principais resultados descrevemos uma dessas possibilidades de diálogo que está identificado em cartilha, realizada a partir da ênfase dada às alternativas educacionais em debate. Discutimos algumas referências ao tema presentes na literatura brasileira e como tais referências bibliográficas e audiovisuais podem contribuir para a orientação de profissionais da educação e a comunidade escolar em geral. O estudo conclui que a cartilha pode ser um objeto de ensino em ações de formação continuada na perspectiva de auxiliar a prática docente em sala de aula nos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, bem como para outros desdobramentos da pesquisa, como, por exemplo, direcionada para a comunidade em geral.

Palavras-chave: Microcefalia. Zika vírus. Educação inclusiva. Cartilha.

Abstract: This article aims to describe a booklet on microcephaly with an emphasis on the presentation of educational guidelines. Regarding the methodological aspects, the main instrument of data collection was the recording and systematization of doubts about microcephaly through groups of messages with teachers and professionals of special education. This first exploratory dimension highlighted the need to provide pedagogical information on microcephaly. As main results we describe one of these possibilities of dialogue that is identified in a booklet, realized from the emphasis given to the educational alternatives under debate. We discussed some references to the theme present in Brazilian literature and how such bibliographic and audiovisual references can contribute to the guidance of education professionals and the school community in general. The study concludes that the manual can be an object of learning in continuing education actions in the perspective of assisting classroom teaching practice in the municipalities of Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante and Macaíba, as well as for other research developments, as, for example, aimed at the community at large.

Keywords: Microcephaly. Zika virus. Inclusive education. Educational manual.

Pedagoga, mestranda em Educação especial, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0111803982490587> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6697-9042> email: janaina.santos@gmail.com 1

Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do programa de pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2836927327702138> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7095-6038> Email: gessicafonsecaufrn@gmail.com

Introdução

A inclusão de crianças com deficiência, ou múltiplas deficiências, na escola é um desafio permanente às práticas pedagógicas, educativas e docentes no Brasil. Em especial, a prática docente – aquela construída durante a atuação do professor em sala de aula - é por vezes subsumida pelos demais obstáculos impostos ao dia-a-dia no ambiente escolar evitando, com isso, que o ensinar e aprender ocorram de forma articulada.

Nesse sentido, a Educação Especial não deve depositar sobre o docente toda a carga de responsabilização pela aprendizagem da criança com deficiência, quando vemos que o sistema integrado didático-pedagógico-educacional ainda está pouco preparado, em especial na rede pública de ensino, para construir uma “cultura inclusiva, em que todos e todas sejam parte do processo, sendo sujeitos atuantes, cooperativos e solidários” (SILVA; SILVA, 2019, p. 87).

Mas, como um professor atuante na Educação Infantil pode pôr sua prática docente à disposição dessa variedade de caminhos, quando as oportunidades de ensinar e aprender se encontram limitadas e incertas? O que dizer, então, quando essa inclusão tem que ser feita sem formação prévia específica? Ou quando, da natureza do ineditismo até então de determinada área, é feita “às pressas”?

O ensino e aprendizagem de crianças com Síndrome congênita do vírus Zika – SCVZ - Microcefalia (má formação congênita em que o cérebro da criança não se desenvolve como deveria e tem perímetro cefálico igual ou menor a 32 cm. Brasil, 2016) é um desses novos desafios trazidos à sala de aula pela imposição dos acontecimentos recentes. No aumento nos números de recém-nascidos com microcefalia, associada ao vírus Zika, muitos professores da Educação Infantil sequer conheciam sobre o tema ou as formas de acompanhamento e, poucos – até hoje - são os estudos que versam sobre a microcefalia e a educação. Como um subtema da inclusão de crianças com deficiência, a Microcefalia em ambiente escolar não possui uma trajetória longa (de acertos e erros) que permita estudos de casos ou comparações sistemáticas.

Essa lacuna temporal e acadêmica é, além do mais, reforçada pelos estigmas e rótulos que a sociedade devota a estas crianças vistas, a grosso modo, como incapazes de aprender. Enormes desafios se apresentam no encontro deste objeto – a educação de crianças com microcefalia em ambiente escolar.

Há três delimitações neste arco de preocupações acadêmicas e escolares; a primeira é a inserção deste objeto no conjunto de preocupações com o aprendizado de crianças com deficiência – abordagem com certa trajetória de descrição e análise; como incluir? Há especificidades ou casos que divergem do pressuposto presente na literatura?

Em segundo lugar está a recepção dessa discussão entre os professores da Educação infantil, isto é, no próprio ambiente escolar em suas estratégias de ensino; como recebem e assimilam a condição física e cognitiva apresentada por estas crianças? Por fim, a relação entre a família destas crianças e a escola, se estão estabelecidas pelo trauma recente e podem ser inseridas também como pontes para essas práticas pedagógicas. Nesse sentido, precisamos de mais estudos que abordem uma destas questões ou, isso sendo mais difícil, todas elas.

Nesse sentido, perguntamos: É possível construir ferramentas de apoio ao ensino e a aprendizagem, considerando o contexto atual? Como tem se dado a relação entre as crianças nascidas no surto da Síndrome congênita do vírus Zika – microcefalia, de 2015, nas condições educacionais atuais?

O objetivo deste artigo é descrever uma cartilha sobre a microcefalia com ênfase na apresentação de orientações educacionais.

A cartilha pode ser um objeto de aprendizagem em ações de formação continuada na perspectiva de auxiliar a prática docente em sala de aula nos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba (municípios escolhidos por apresentarem maior número de casos de microcefalia no Estado do Rio Grande do Norte) para outros desdobramentos da pesquisa, como o aprofundamento de estudos dessa temática, bem como direcionada para a comunidade em geral.

Contextualizando a microcefalia no Brasil

No Contexto regional do universo de estudo crianças afetadas com a Síndrome congênita do vírus Zika - microcefalia apresentaram um súbito aumento a partir de 2015 quando o Brasil passou a registrar novos casos em recém-nascidos; pesquisadores começaram a se perguntar se havia algum fator que explicasse tal aumento, em especial naquelas nascidas na Região Nordeste (Cf. ALBUQUERQUE, et al. 2018).

A associação entre o aumento no número de casos de microcefalia com a Zika foi ressaltada quando a médica paraibana Adriana Melo, especialista em medicina fetal e responsável pela iniciativa que acabou confirmando as suspeitas sobre as relações do Zika e microcefalia. A microcefalia é definida como:

uma malformação congênita, em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada. Neste caso, os bebês nascem com perímetro cefálico (PC) menor que o normal, ou seja, igual ou inferior a 32 cm. Essa malformação congênita pode ser efeito de uma série de fatores de diferentes origens, como substâncias químicas e agentes biológicos (infecciosos), como bactérias, vírus e radiação. (Brasil, 2016)

A microcefalia congênita provoca graves efeitos no desenvolvimento intelectual, podendo gerar paralisia cerebral, epilepsia, anomalias na visão e audição, além de distúrbios de comportamento nas crianças (EIKMANN, 2016, p.1). Nesse sentido, a pesquisa conduzida por Silva et al. (2018), indicou a necessidade de estabelecer novas práticas pedagógicas voltadas aos profissionais de Educação Infantil que se ajustem à demanda, aos serviços complementares de apoio à Educação Especial e ao corpo escolar, não apenas aos docentes.

Estudo resalta as falas das professoras de Educação Infantil na mesorregião da Mata Pernambucana, em casos concretos, revelando preocupações comuns no ambiente escolar e familiar (BATISTA; MOUTINHO, 2019, p.22), afirmando que “precisamos conceber que a inclusão escolar de crianças com SCVZ é um novo capítulo que começa a ser escrito na história da educação brasileira (...)”.

Para o Rio Grande do Norte, dados compilados pela Secretaria Estadual de Saúde – SESAP (RIO GRANDE DO NORTE, 2020), indicam que os anos de *boom* de casos com notificação de crianças nascidas com microcefalia e/ou malformações relacionadas às infecções congênitas, ocorreu entre 2015 e 2016, passando de 4 nascimentos notificados em 2014, para 338 em 2015, 153 em 2016, 23 em 2017, 20 em 2018 e 11 em 2019 (RIO GRANDE DO NORTE, 2020, p.1)

Destacamos também como referência estudos de Seibt (2017) e Sá (2013) que indicam ainda mais essa condição necessária da inclusão e das práticas pedagógicas às crianças com microcefalia. Estas passagens, coadunam com o pensamento de Santos e Cenci (2018) ao afirmar que se “exige do Professor a habilidade e observação sistemática das relações individuais, elaborando uma rotina de atividades que transite entre cuidados e propostas pedagógicas mais flexíveis” voltadas à Educação Infantil (SANTOS; CENCI, 2018, p. 101).

No próximo tópico são apresentadas reflexões sobre as ações pedagógicas na Educação Infantil e as lacunas para os processos inclusivos nas primeiras experiências escolares de crianças com e sem deficiência.

Processos de ensino e aprendizagem de crianças com microcefalia

A compreensão sobre as especificidades da microcefalia e dos fatores sociais, econômicos e familiares resalta uma outra nuance a ser desvelada: o planejamento de processos de ensino e aprendizagem inclusivos e os desafios de organização da Educação Infantil no Brasil e suas especificidades para o diálogo com ações complementares e suplementares da Educação Especial.

A Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica tem como princípio o diálogo com as famílias enquanto primeiro núcleo de socialização e afeto para os discentes. No

caso de uma criança com microcefalia é salutar perceber as concepções das famílias sobre a condição de deficiência e as expectativas educacionais.

A espera de um filho, normalmente, é cercada por muitos sentimentos. Amor, ansiedade, inseguranças e expectativas são alguns deles. É comum que os pais sonhem com suas feições, se falará papai ou mamãe primeiro, seus futuros gostos e aptidões, qual a profissão que o filho (a) irá seguir, por qual time torcerá, entre outros. Muitos pais contam os dedos dos pés e das mãos ao receberem seus filhos nos braços e fazem uma checagem rápida para ver se o filho é perfeito, se não lhe falta nada. É a espera pelo filho desejado, sonhado. Mas, nem sempre a criança nasce conforme o esperado. A esse sentimento alguns autores descrevem como luto pelo filho idealizado e isso pode acontecer associado às experiências familiares de crianças com microcefalia. Esse sentimento pode gerar outros:

há a morte do filho idealizado, e tal constatação gera profunda tristeza, medo do futuro, frustração e vergonha. É preciso vivenciar o processo de luto pelo filho que foi idealizado, para que seja possível estabelecer um vínculo de amor e cuidado com o filho que nasceu". (ALVES, 2012, p. 90)

Pluralidade de sentimentos, mudança na rotina da família, aceitação de uma situação não planejada perpassam pela vida dessas famílias. No caso das que têm crianças com microcefalia, pode-se dizer que

possuem características convergentes a outras famílias, mas que têm desafios a enfrentar justamente pela condição e pelas demandas provenientes da microcefalia. Por se tratar de uma epidemia recente, nota-se a busca pelo aprendizado diário acerca da microcefalia, o que implica em sofrimentos e alegrias para os membros da família". (BARATA, et al, 2019).

Os aspectos familiares e suas expectativas podem influenciar as interações e vivências nas instituições escolares na Educação Infantil, portanto além de ações direcionadas ao suporte e assistência familiar para um olhar multiprofissional para as especificidades da microcefalia, faz-se necessário considerar o contexto profissional dos docentes.

As concepções das docentes sobre a inclusão de crianças com microcefalia podem envolver dimensões como a preparação e infraestrutura escolar, sentimentos e atitudes dos docentes e estratégias de ensino inclusivas. Tais dimensões sinalizam a centralidade dos fatores pedagógicos para potencializar os processos de ensino e aprendizagem para todos (BATISTA; MOUTINHO, 2019; BARROS; FALCÃO, 2020).

O silenciamento dos fatores pedagógicos e a supervalorização da diferenciação apontada como exclusiva da condição de deficiência, pode acarretar em concepções e sentimentos de insegurança e despreparo como se o profissional da Educação Infantil estivesse preparado para as especificidades do desenvolvimento infantil de todas as crianças e a única exceção seriam as crianças com deficiência (BATISTA; MOUTINHO, 2019).

O cerne dos processos de ensino e aprendizagem na perspectiva inclusiva é o planejamento pedagógico considerando os diferentes níveis, ritmos e aspectos pedagógicos. No caso das interfaces da Educação Especial e da Educação Infantil aponta-se ações e orientações para o acolhimento, inserção e acesso dessas crianças através da colaboração e conscientização da comunidade escolar (BARROS; FALCÃO, 2020).

Volvidos em um olhar crítico sobre o contexto histórico do aluno com microcefalia e sua especificidade clínica, em razão de sua valorização e oferta de oportunidades para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Outrossim, as lacunas na formação continuada dos professores especializados em educação especial consolidam-se em um desafio a ser superado na implementação das políticas de inclusão de alunos com microcefalia (BARROS; FALCÃO, 2020, p.231.)

No nível macro, o fazer pedagógico que envolve as ações do ensinar e aprender na Educação Infantil, estão circunscritas ao panorama das políticas públicas de educação a nível federal, estadual e municipal e seus reflexos na formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Soma-se aos fatores macros, a relevância de delimitar as contribuições da Educação Especial nas suas facetas multidisciplinares e interdisciplinares em prol do desenvolvimento psicológico e, portanto, das diferentes capacidades de aprendizagem das crianças com deficiência em contextos inclusivos.

Procedimentos Metodológicos

Quanto à metodologia adotada, a pesquisa pode ser categorizada como de natureza qualitativa e exploratória. O principal instrumento de coleta de dados foi o registro e sistematização de dúvidas sobre microcefalia através de grupos de mensagens com professores e profissionais da Educação Especial. Essa primeira dimensão exploratória, onde 15 professores responderam, evidenciou a necessidade de disponibilizar informações pedagógicas sobre a microcefalia.

A partir de um aplicativo de mensagens, enviamos a seguinte pergunta a docentes da Educação Infantil e outros profissionais da educação e da Educação Especial: O que você gostaria de saber sobre microcefalia? Como respostas obtivemos os seguintes questionamentos: a) o que é microcefalia? b) Quais suas causas? c) Há algum tratamento? d) Quais as sequelas que as crianças com microcefalia podem ter? e) Crianças com microcefalia conseguem aprender? f) Qual o melhor ambiente para as crianças com microcefalia aprenderem – escola regular ou escola especial? g) O que as escolas podem fazer para contribuir com seu desenvolvimento? h) De que forma eles aprendem? i) Se a criança não consegue segurar os materiais, como vou trabalhar as atividades com ela? j) Quais as interações, brincadeiras e formas de comunicação com a criança com microcefalia? k) Qual a importância da relação escola x família com a criança com microcefalia? l) Quais os direitos da criança com microcefalia ao Atendimento Educacional Especializado?

O segundo passo da pesquisa foi a elaboração de um material instrucional no formato de uma cartilha direcionada aos docentes e a comunidade em geral. A produção do material teve como base sistematizar evidências na literatura científica sobre a microcefalia e orientações para as práticas pedagógicas através de informações acerca da microcefalia e suas interfaces com a Educação a fim de promover um ensino inclusivo a essas crianças e orientação à comunidade escolar

Resultados

Como principais resultados descrevemos a cartilha e as orientações educacionais direcionadas a comunidade em geral para uma compreensão inicial sobre a microcefalia. Discutimos algumas referências ao tema presentes na literatura brasileira e como tais referências bibliográficas e audiovisuais podem contribuir para a orientação de profissionais da educação e a comunidade escolar em geral.

Durante a trajetória formativa em curso de mestrado profissional em Educação Especial construímos um objeto (flipbook) que disponibilizamos em ambiente virtual - <https://www.flipsnack.com/janinaufrn/microcefalia-pdf.html>. e também no portal Educapes disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/584481>.

A cartilha sobre microcefalia como objeto de aprendizagem, tem como objetivo facilitar a interação entre Educadores e demais interessados com a temática abordada e faz uso de linguagem acessível e didática. Queremos expandir sua divulgação e disponibilizá-la em mais plataformas digitais e repositórios de Educação Especial para assim, diminuir a lacuna existente, até então, no espaço acadêmico pouco preenchido por essa temática.

Como respostas são apresentados conteúdos, saberes e experiências de ensino a crianças com deficiência e com necessidade de acompanhamento educacional especializado.

Segundo o Ministério da Saúde, “a microcefalia é uma malformação congênita, em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada. Neste caso, os bebês nascem com perímetro cefálico (PC) menor que o normal, ou seja, igual ou inferior a 32 cm” (Brasil, 2016). Dentre os fatores que podem causá-la, estão agentes biológicos infecciosos e substâncias químicas.

Sobre tratamento, não há um específico para a microcefalia, mas sabe-se que a estimulação precoce é de fundamental importância para que a criança desenvolva o seu potencial ao máximo. Como sequela, ainda segundo o Ministério da Saúde “a epilepsia, paralisia cerebral, retardo no desenvolvimento cognitivo, motor e fala, além de problemas de visão e audição. Cerca de 90% das microcefalias estão associadas com retardo mental”. (Brasil, 2016). Lembrando que todas as crianças são capazes de aprender, cada uma a seu tempo, ritmo e modo. E que o espaço da escola regular – sempre que a criança possa participar – é o ambiente mais adequado, uma vez que, além de direito seu, a convivência com a diversidade é mais rica e plural e propicia a inclusão de forma mais efetiva.

Capacitar todos os profissionais que atuam na escola (do porteiro - que recebe essa criança - à gestão) sobre práticas inclusivas e respeito às diferenças, preparar o ambiente para receber essas crianças de modo que tenham seus direitos respeitados, usando o desenho universal, são algumas das contribuições que as escolas podem fazer em busca do melhor desenvolvimento desses alunos. Trabalhar com materiais concretos, adaptados às suas necessidades e estimulantes de forma lúdica e flexível para que essas crianças possam oferecer as melhores respostas são algumas maneiras que facilitam seu aprendizado.

Assim como qualquer outra criança, a criança com microcefalia deve participar de rodas de conversa, contação de histórias e das demais atividades da turma. Segundo Sendim (2011, p. 8) “devemos observar como a criança está brincando e respeitá-la (sua iniciativa, preferências, ritmos e regras)”.

Acrescenta ainda a importância de o adulto encorajar sua participação nas brincadeiras. Sobre a importância da relação da família da criança com microcefalia e a escola, “estudos comprovam que o contato próximo com os pais tem influência significativa no desenvolvimento cerebral (BRAGA, 2014; SEIDEL et al. 2011; WEAVER et al., 2006 p. 166 Brasil, 2016)”. Quanto mais a escola investir nesse relacionamento, melhor para a criança.

Os direitos da criança com microcefalia, assim como o de qualquer criança, estão assegurados na Constituição Federal de 1988, acrescidos pela Lei brasileira de inclusão e demais legislações que tratam das pessoas com deficiência.

Além das perguntas e respostas já citadas, a cartilha contém sugestões de documentários e reportagens para ampliar a fonte de conhecimento. Sugerimos o documentário “Elas” de Stephane Ramos Araújo e Tháís Valentim, gravado em 2017, que relata a história de mães pernambucanas que têm filhos com microcefalia. Um pouco da realidade dessas mulheres, a partir de seus olhares. A reportagem de Débora Brito “Mulheres do Zika”, vencedor da 38ª edição do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog, que também fala do dia a dia de mães de crianças com microcefalia. A sugestão desse material, foi uma forma de tentar diminuir a lacuna formativa nesta área, tentar reconstruir algumas concepções prévias e oferecer subsídios aos docentes. A recepção desse material foi muito positiva por parte daqueles que tiveram acesso a ele.

Além de ser uma epidemia recente, com poucas publicações na área da Educação - o que dificulta a busca por mais conhecimento acerca do tema e por conseguinte, um menor esclarecimento de como trabalhar com essas crianças - as possíveis múltiplas sequelas que essas crianças podem apresentar, causam um certo receio por parte das escolas na hora de recebê-las, pois julgam-se despreparadas.

De fato, a falta de formação inicial e continuada dos docentes na perspectiva da Educação Especial somada a falta de estrutura física, material e pedagógica são um dos grandes empecilhos na inclusão de crianças com microcefalia. Nesse intuito, a cartilha com perguntas e respostas pode fornecer subsídios pedagógicos acerca da temática para somar-se as demais ferramentas de construção de conhecimento.

Considerações Finais

A abordagem pedagógica do ensino e da aprendizagem de crianças com SCZV - microcefalia está, ainda, em seu início no Brasil. O aumento de casos, a partir de 2015, trazidos pelo Zika vírus trouxe grandes desafios às escolas públicas brasileiras por, entre outros, ensinar a inserção de práticas de ensino focadas a este grupo.

É importante problematizar quais ferramentas ou métodos são específicos desta situação e, mais, é possível iniciar uma abordagem que considere as várias dimensões, por exemplo, físicas, cognitivas, familiares no ambiente escolar e a inclusão de uma criança com microcefalia.

Os resultados indicam que a utilização da cartilha pode ampliar as possibilidades de diálogo acerca das alternativas educacionais sobre a microcefalia para os profissionais da educação e a comunidade em geral.

O diferencial do objeto de aprendizagem foi sistematizar de forma exploratória referências indicadas sobre o tema presente na literatura científica brasileira e como tais referências bibliográficas e audiovisuais podem contribuir para a dimensão pedagógica.

O estudo conclui que a cartilha pode ser um objeto de aprendizagem em ações de formação continuada na perspectiva de auxiliar a prática docente em sala de aula em Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, bem como para outros desdobramentos da pesquisa, bem como direcionada para a comunidade em geral.

Referências

ALBUQUERQUE et al. **Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia.** Cad. Saúde Pública 2018; 34(P)

BARATA, Ana Luiza Santos Ramalho Beirão et al. **Impacto da microcefalia no subsistema fraterno por meio do teste da família: estudo de caso.** Rev. SBPH, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 154-171, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582019000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2021.

BARROS, Simone Regina Alves de Freitas; FALCÃO, Pedro Henrique de Barros. **Atendimento educacional especializado para microcefalia: uma reflexão para educação inclusiva.** Revista Educação, Artes e Inclusão, v.16. n.1, 2020.

BATISTA, Gessivânia de Moura; MOUTINHO, Ana Karina. **Desafios e possibilidades da inclusão escolar de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika: o olhar docente.** In. Revista Educação Especial, v.32, 2019, disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36360/36360>>. Acesso em: 21 mar. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X36360>. Acessado em 17 de janeiro de 2020

BRAGA, 2014; SEIDEL et al. 2011; WEAVER et al., 2006)". Estimulação precoce Documentário **"nossos filhos estão esquecidos: o impacto devastador do zika três anos depois"**. Disponível em <https://www.cbsnews.com/news/zikaviruschildrenoftheoutbreakcbsnoriginals/?fbclid=IwAR00cF8ORaTZkjBSeug3FRfyOVKXni1nm0028T0mdJyqhGYVccQY96rw4Ro>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de estimulação precoce crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal-arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/novembro/26/Diretrizes-de-estimulacao-precoce.pdf> acesso em 03/03/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Biblioteca virtual em saúde – BVS** disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/dicasemsaude/2287microcefalia#:~:text=Microcefalia%20%C3%A9%20uma%20malforma%C3%A7%C3%A3o%20cong%C3%AAnta,ou%20inferior%20a%2032%20cm>. Acesso em 03 de março de 2021.